

Sociologia, Porto Alegre, ano 2, n.º 5, jan./jun. 2000, p.73-91

Formação profissional e inserção no mercado de trabalho

ELIDA RUEINI LIEBKE*, MARIA DA GRÇA PINTO BULHÕES**, LAIRA LISBOA FRANZÓI***

* Professora do Departamento de Sociologia do PPGS da UFRGS

** Professora do Departamento de Sociologia da UFRGS

*** Professora Faculdade de Educação UFRGS

Introdução



O artigo a seguir focaliza as conexões entre os cursos oferecidos no âmbito do Plano Estadual de Qualificação, implementado no Estado brasileiro do Rio Grande do Sul, em 1997, e os benefícios propiciados para os egressos após sua conclusão.

Tendo em vista expor de forma sintética os resultados empiricamente observados, cuja análise teve por referencial as diretrizes formuladas pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR-MTb, 1997), foram consideradas, para esta exposição, as seguintes dimensões:

- a) perfil da força de trabalho, quanto às condições de ocupação, aos rendimentos provenientes do trabalho e à situação dos desempregados;
- b) relação entre trabalho atual e curso; auto-avaliação dos egressos

1 Versão revisada de trabalho apresentada ao XXII Congresso da ALAS, baseada em estudo intitulado *Pesquisa de Acompanhamento dos Egressos do PEC RS - 1997* (Bulhões, Liebke e Franzói, coord., 1998d). Ainda que tomando para si a responsabilidade pelas eventuais limitações do presente artigo, as autoras expressam aqui seu reconhecimento às contribuições metodológicas e analíticas de Ivonilda M. Hansen, Guilherme Xavier Sobrinho,

quanto ao aproveitamento dos conteúdos programáticos dos cursos, especialmente no que se refere às suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

A presente análise buscará delinear, ademais, o perfil demográfico e sócio-econômico dos egressos², abordando, em particular, a escolaridade formal e a realização de outros cursos de formação profissional.

Ao final, enfocar-se-ão os aspectos mais estreitamente vinculados aos objetivos e diretrizes da política de educação profissional do Ministério do Trabalho do governo brasileiro, concernentes às parcelas preferenciais da população que compõem as metas do Plano, contrastando os resultados obtidos na pesquisa com o perfil sócio-econômico da População Economicamente Ativa do Estado do Rio Grande do Sul.³

Previamente à descrição sintetizada dos resultados obtidos, retomar-se-ão, ainda que brevemente, questões relevantes acerca do debate atual sobre as relações entre formação profissional e trabalho, no que se refere a formulações conceituais atinentes à política pública ora enfocada.

Transformações do trabalho, política pública e qualificação profissional

No Brasil, a política pública de educação profissional adquiriu gradativa solidez ao longo da primeira metade da década de 90, no bojo do processo de reconhecimento, pelos atores sociais vinculados ao Conselho Deliberativo

2 Cumpre esclarecer que o projeto foi desenvolvido no decorrer do período entre junho e dezembro de 1998 e que foram entrevistados 1.896 indivíduos egressos do PEC/R5-97.

3 Para a comparação entre os dados obtidos e a PEA do Estado do RS, utilizaram-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 1997). Os resultados referentes aos egressos desempregados foram também comparados com os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PEOD/AMPA-FEE/DIEESE/CTAS/SINE-RS e Fundação SEADE/SP). Ainda que os dados da PED se restrinjam à Região Metropolitana de Porto Alegre, considerou-se essa fonte adequada, uma vez que a metodologia de análise da condição de atividade, adotada no presente estudo, aproxima-se da metodologia elaborada para a PED.

do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), ao Ministério do Trabalho e às correspondentes Secretarias dos Governos Estaduais, da necessidade de mobilização de recursos (de ordem financeira e sócio-cultural) frente às conseqüências, sobre o mercado de trabalho, de um conjunto de transformações dos procedimentos técnico-organizacionais da produção, particularmente as que tiveram lugar nos âmbitos governamental e empresarial, abrangendo diversos ramos dos setores industrial e de serviços.

Mediante essas transformações, constitutivas do quadro global de mundialização dos mercados de capitais, de produtos e de trabalho, convergiram as opiniões de agentes governamentais, empresariais, sindicais, além de educadores, profissionais vinculados às áreas de recursos humanos e cientistas sociais, quanto à relevância da promoção de programas de qualificação e de requalificação da força de trabalho, de modo a contribuir para a composição de um novo perfil de trabalhador, capaz de concorrer no mercado de trabalho, agora mais competitivo, e de se manter na condição de ocupado, ao incorporar habilidades relativas a capacidades de propor, ao coletivo de trabalhadores em que se insere, soluções para situações-problema inesperadas – ou seja, ao demonstrar capacidades de *saber fazer*, de *conhecer* e de *saber aprender*. (FAT/CODEFAT/MTb/SEFOR, 1996)

Dentre os motivos da intervenção estatal no processo de formação profissional dos trabalhadores, ou melhor, de criação de meios para a sua qualificação ou requalificação, podem se destacar a constatação dos seguintes fatores, percebidos como obstáculos à satisfação das demandas decorrentes da difusão, na economia brasileira, de um (assim chamado) movimento de *modernização produtiva*: (1) a baixa escolaridade da população trabalhadora; (2) a inadequação do preparo profissional dos jovens recém saídos do sistema escolar regular; (3) a desatualização do sistema existente

de formação profissional; (4) a inexistência de metodologias adequadas às novas demandas de qualificação do trabalhador e (5) a necessidade de implementar um componente de *qualificação profissional na política pública de combate ao desemprego* (Alves e Vieira, 1997, p. 65).

Parcela significativa dos estudiosos e planejadores que compartilharam tais perspectivas apoiou-se, em um primeiro momento, em correntes interpretativas fundamentadas em hipóteses (e, como tais, não suficientemente comprovadas) acerca da formação dual da estrutura produtiva e do mercado de trabalho: de um lado, visualizava-se a expansão mais ou menos compassada de um modelo de progresso técnico – apoiado, quase sempre, na automação do trabalho espelhada em segmentos-referenciais, tais como os setores automotivo, na indústria, e o bancário, nos serviços. Em contraposição, ressaltava-se a constituição de um setor periférico da economia, secundário, em que as condições de trabalho se caracterizariam, crescentemente, pela instabilidade e por baixos rendimentos – consequentemente, pela baixa qualificação dos trabalhadores. (OIT, 1998)

Mais recentemente, porém, passou-se a enfatizar não tanto as fronteiras, mas as inter-conexões entre os múltiplos segmentos da atividade econômica, estruturados a partir de modelos produtivos concebidos, quanto ao grau de incorporação de inovações técnico-organizacionais, desde uma perspectiva empresarial e altamente formalizada até as modalidades artesanais, familiares ou individualizadas, de organização do trabalho (Hirata, 1997). As abordagens das diversas formas de concretização do *trabalho autônomo* deixaram de caracterizar, de um modo genérico, tanto nas acepções da sociologia como nas dos planos e programas governamentais, tão-somente o *trabalho precário, informal e feminizado*, ou seja, *desqualificado* (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997).

Aproximadamente a partir da segunda metade da década de 90, as formas de ocupação por conta-própria vieram a receber novos enfoques, de cunho pragmático, particularmente da parte de atores governamentais, de educadores e, ainda que de forma restrita, de lideranças sindicais, quanto à oferta a elas apropriadas de qualificação para o trabalho, uma vez que, frente ao decréscimo das oportunidades de emprego assalariado, passaram a representar alternativas ocupacionais para amplos segmentos da força de trabalho. Adicionalmente às noções de flexibilidade, de elevada densidade cognitiva e informacional, constitutivas do perfil de qualificação do trabalhador no cenário da racionalização econômico-financeira, buscou-se consolidar, nos debates acadêmicos, nas práticas sociais de atores vinculados ao mercado, especialmente entre lideranças sindicais, empresariais e na política brasileira de educação profissional, os aspectos conceituais das denominadas *habilidades gerenciais* que, esperava-se, ao se combinarem com os conhecimentos básicos adquiridos através da escola regular (ou por mecanismos supletivos) e com os conhecimentos e práticas necessárias ao desempenho técnico no trabalho, pudessem vir a conformar os diversos perfis necessários de trabalhadores – já não exclusivamente do ponto de vista das demandas provenientes das grandes empresas como, também, os correspondentes aos padrões buscados pelos demais agentes sociais, de origens sócio-econômicas e institucionais diversas.

É mediante esse quadro amplamente diferenciado quanto à posição ocupada pelos atores sociais no mercado de trabalho – cujas demandas de qualificação requerem a identificação de múltiplas possibilidades de formulação de respostas – e, simultaneamente, mantendo presentes os princípios orientadores do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), que se pretende analisar os resultados da implementação do PEQ/97, no

Estado do Rio Grande do Sul, no que concerne às suas limitações e potencialidades, relacionadas ao perfil dos egressos e aos eventuais benefícios a eles propiciados.

Perfil dos egressos e benefícios da política pública (resultados selecionados)

Com o propósito de apresentar, na extensão adequada ao presente trabalho, as características mais relevantes do conjunto de indivíduos que integraram o PEQ-RS-97, enquanto egressos dos cursos oferecidos pelo Plano, procurou-se destacar as dimensões referentes à eficácia das ações de educação profissional, sobretudo as atinentes às alterações verificadas nas condições de trabalho desses indivíduos e às suas avaliações acerca dos benefícios a eles propiciados pela realização dos cursos do PEQ.

No que se refere à eficácia das ações de educação profissional, considerado o período transcorrido entre a realização do curso (Tempo 1) e o momento da entrevista junto aos egressos (Tempo 2), cabe considerar dois aspectos em especial: mudanças na situação ocupacional e alterações nos rendimentos do trabalho.

Quanto às mudanças na situação ocupacional dos integrantes do PEQ-RS/97, foram registradas alterações positivas, embora reduzidas. O conjunto dos ocupados teve incremento de 9,5%, comparativamente à situação observada entre os alunos. O número de desempregados, por sua vez, diminuiu 14,5% entre o Tempo 1 e o Tempo 2.

Na comparação com a pesquisa de acompanhamento dos egressos do PEQ-RS/96 (Bulhões et alii, 1998a), os resultados obtidos em 1997, quanto à inserção no mercado de trabalho, foram reduzidos. Entre os inte-

grantes do Plano, em 1996, o número de ocupados aumentou 63,2% e o desemprego diminuiu em 29,1%. Essa situação está associada, em parte, a diferenças na organização do Plano nos dois anos em foco, especialmente ao fato de que, em 1997, foram definidas clientela que apresentavam um nível de ocupação mais elevado. Ou seja, enquanto a proporção de alunos ocupados em 1997 era de 73,0% do total, em 1996 os ocupados correspondiam a 46,0% do conjunto de alunos do PEQ. Além disso, o ano de 1998, quando os egressos desempregados estariam buscando sua inserção no mercado de trabalho, foi marcado por uma conjuntura econômica menos favorável do que a observada no ano anterior, estreitando as suas oportunidades de trabalho.

Mesmo assim, para os egressos do PEQ/RS-97, é possível destacar, entre os resultados positivos, a permanência, na condição de ocupados, de parcela expressiva – do conjunto de indivíduos ocupados na época de realização dos cursos, 78,3% permaneciam ocupados no momento da entrevista junto aos egressos –, fator que adquire maior relevância se for considerado o fato de que no ano de 1998 o desemprego elevou-se consideravelmente. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, por exemplo, o desemprego atingiu ao redor de 15% da PEA (PED/RMPA, 1998).

No que se refere aos rendimentos do trabalho, tomando-se o conjunto dos ocupados nos dois momentos em foco, registrou-se comportamento positivo, especialmente pela redução do contingente que auferia menores rendimentos. A parcela de trabalhadores que auferia rendimentos de até três salários mínimos mensais recuou para 50,5% do total de ocupados, face aos 56,1% verificados entre os alunos, quando realizavam os cursos. Na PEA do Estado do Rio Grande do Sul, a população ocupada que recebia até três salários mínimos correspondia, em 1997, a 61,2% do total

de indivíduos ocupados com rendimento (PNAD/IBGE). Ressalta-se que a alteração mais positiva registrou-se para o estrato de menores rendimentos - até um salário mínimo - cuja parcela de indivíduos retraiu-se de 21,1% para 13,4%, no período considerado. Desse modo, percebe-se que a proporção de indivíduos ocupados com os mais baixos rendimentos ficou inferior ao estrato correspondente na PEA do Estado em 1997, o qual se situava em 17,8%, denotando posição mais vantajosa para os egressos do PEQ/97.

Pode-se afirmar, ao mesmo tempo, que os rendimentos do trabalho permaneceram baixos, dado que metade dos egressos recebia, no máximo, três salários mínimos mensais. Todavia, deve-se registrar que o incremento do número de ocupados, por si só, já se constitui em fator positivo quanto aos rendimentos dos egressos do PEQ/RS-97, visto que um determinado grupo de indivíduos que se encontravam desempregados ou inativos no Tempo 1 passou a se ocupar e a obter renda no Tempo 2.

Com relação ao atendimento a grupos prioritários, como beneficiários do PEQ, em conformidade com as diretrizes do PLANFOR, observou-se participação pouco expressiva de clientela em situação de risco ou desvantagem social, como, por exemplo, as relacionadas aos programas voltados para jovens em situação de risco social e para detentos e egressos do sistema penitenciário. Tal resultado associa-se, novamente, a fatores ligados à própria organização do Plano, em 1997, cujos programas foram direcionados a clientela específica, algumas delas compostas por grupos de indivíduos com escolaridade relativamente elevada e que já detinham uma ocupação, como foi o caso do Programa de Administração Pública.

Em decorrência desse direcionamento, pode-se afirmar que os alunos do PEQ/RS-97 e, conseqüentemente, os egressos desse Plano, apresentaram um perfil em que predominaram as seguintes características: par-

cela relativamente elevada de indivíduos ocupados; nível de escolaridade bastante superior ao apresentado pela população economicamente ativa do Estado, assalariamento legalizado e rendimentos do trabalho elevados, comparativamente à PEA do Rio Grande do Sul.

Os grupos que integram clientela social e economicamente menos privilegiadas se fizeram presentes no PEQ-RS/97, embora compusessem um conjunto menor de indivíduos. Entre eles cabe destacar os desempregados, que totalizaram em torno de um terço dos integrantes do PEQ enquanto alunos (30,9%), dos quais 42,5% obtiveram ocupação após o curso. Além disso, a taxa de desemprego caiu em cinco pontos percentuais entre os tempos 1 e 2, passando para 25,9%. Note-se que, enquanto a taxa de desemprego aberto entre os egressos do PEQ-RS/97 (15,7%) ficou mais de duas vezes acima da verificada em relação à população economicamente ativa do Estado – correspondente a 7,0% –, a participação do segmento de trabalhadores por conta própria foi semelhante à observada na força de trabalho ocupada no Estado (21,7% e 22,6%, respectivamente), e o percentual de trabalhadores assalariados do setor privado sem carteira assinada ficou em patamar muito inferior ao dos ocupados no Estado (6,1% e 11,0%, respectivamente). (PNAD/IBGE, 1997)

Os segmentos mais jovens foram incorporados ao Plano, pois a parcela de egressos com idade até 20 anos superou a quarta parte do total, atingindo 26,6%. Todavia, o atendimento a indivíduos que buscavam seu primeiro emprego – geralmente muito jovens –, não foi enfatizado nas ações do Plano, visto que apenas 2,5% dos egressos declararam estar procurando trabalho pela primeira vez, uma proporção equivalente à verificada para a RMPA, conforme dados da PED/RMPA para o ano de 1998, onde esse indicador oscilou ao redor de 2,5% da PEA regional.

A relação entre as atividades de trabalho dos egressos ocupados e o curso freqüentado no âmbito do PEQ constitui um dos aspectos centrais a serem avaliados, dado que remete a objetivos fundamentais do PLANFOR, em especial os de *garantir qualificação e requalificação profissional aos indivíduos, levando-se em conta as (...) necessidades da clientela e as potencialidades do mercado.* (SEFOR/MTb, 1997a)

A esse respeito pode-se afirmar que a relação entre trabalho e área do curso é bastante tênue, visto que para a grande maioria dos egressos, atingindo cerca de 70% do total, sua atividade laboral não possuía relação com a área de qualificação do curso freqüentado. Em contrapartida, os demais 30% dos egressos declararam utilizar os conteúdos do curso em seu trabalho. Dentre esses podem-se distinguir três situações principais: (1) para a maior parcela (17,6%), essa relação se estabelecia na forma de apoio ou auxílio na atividade; (2) somente 10,5% exerciam o trabalho principal na mesma área do curso e (3) para uma reduzida parcela (2,7%), essa relação se estabelecia com o trabalho complementar.

Confrontando com os resultados do PEQ/RS-96, observa-se que houve ampliação, em 1997, da parcela de egressos cujo trabalho tinha relação com o curso freqüentado. Esse aumento se baseou, fundamentalmente, na elevação da parcela de trabalhadores que utilizavam as habilidades e os conhecimentos adquiridos no curso como apoio ou auxílio em seu trabalho, a qual triplicou no período considerado, passando de 5,1% entre os egressos do PEQ/96 para 17,6% no PEQ/97. A proporção de egressos que exercia seu trabalho principal ou complementar na mesma área de atividade do curso pouco se alterou nos dois anos em foco: passou de 9,4% em 1996 para 10,5% em 1997, relativamente ao trabalho principal, e de 2,6% para 2,7% entre os que mantinham trabalho complementar na área do curso.

O conjunto de egressos do PEQ posicionou-se favoravelmente quanto ao aprendizado no âmbito profissional, propiciado pelo curso realizado. Nesse sentido, quase três quartos deles (72,0%) declararam ter obtido o que estavam buscando em relação ao aprimoramento ou à aprendizagem de uma nova atividade de trabalho. Todavia, em termos de expectativas mais diretamente vinculadas à inserção ou à reinserção no mercado de trabalho, a avaliação foi menos positiva: mais da metade dos egressos (52,6%) declararam que não haviam conseguido, após o término do curso, melhorar suas condições de trabalho e/ou renda.

No que concerne à identificação de benefícios decorrentes do curso, relativos aos conteúdos técnicos da área de atividade do mesmo, a avaliação dos egressos não foi muito favorável. Segundo a opinião de menos da metade dos entrevistados (45,1%), os conteúdos desenvolvidos foram suficientes para o exercício de uma atividade, ao passo que 29,0% declararam que tais conteúdos foram insuficientes e cerca de um quarto não pôde avaliar, pois não havia utilizado tais conteúdos em seu trabalho. Da mesma forma, os equipamentos, materiais e instrumentos utilizados nos cursos foram de pouca valia para parcela expressiva de egressos, visto que apenas 19,2% passaram a utilizar, regularmente, equipamentos conhecidos no curso e 59,3% não os haviam utilizado, ainda, após o término do curso.

Em acréscimo, verificou-se que, segundo percepção dos egressos, não houve melhorias significativas em suas capacidades de leitura, escrita e cálculo, como decorrência da realização do curso. De fato, quase a metade deles afirmou que o ensino de tais conteúdos não alterou suas habilidades, porque já detinham o conhecimento daquilo que foi desenvolvido no curso. Chamou atenção o fato de que pouco mais de um quarto do total de egressos declarou que os conteúdos relativos a essas habilidades (classifica-

das, no Plano, como *habilidades básicas*) não foram desenvolvidos no curso. Desse modo, a parcela de egressos que identificou aprimoramento em suas capacidades para leitura, escrita e cálculo alcançou quase um terço do total. Esse resultado está associado ao relativamente elevado nível de escolaridade dos indivíduos que integraram o PEQ-RS/97, ao mesmo tempo que decorre da existência de turmas muito heterogêneas quanto a conhecimentos prévios, o que dificulta aproveitamento desses conteúdos do curso.

De modo contrário, foi bem mais positiva a avaliação a respeito do aprimoramento de habilidades mais estritamente vinculadas às formas de organização das atividades laborais, à medida que se constatou que um amplo conjunto de egressos, variando entre 70% e 80%, percebeu melhorias em suas habilidades de trabalhar em grupo, tomar iniciativas, assumir responsabilidades e resolver melhor problemas surgidos no trabalho. Na mesma direção, constatou-se que, para cerca de um terço dos egressos, os conteúdos desenvolvidos sobre legislação do trabalho e segurança no trabalho foram proveitosos. Estas respostas apontam resultados positivos, se forem tomadas como indicadores aproximados das chamadas *habilidades de gestão*. Verificou-se, ademais, que a maioria dos egressos, cerca de três quartos, afirmou sentir-se melhor preparada para enfrentar o mercado de trabalho, após a realização do curso, ainda que, dentre esses, a metade (51,2%) declarou sentir-se um pouco mais preparada e somente 25,7% afirmaram sentirem-se muito melhor preparados para se inserir no mercado com as necessárias habilidades.

Considerações finais

Apresentam-se, a seguir, duas considerações finais que tomam, como

referência, as orientações do PLANFOR quanto à abrangência da população que compõe as clientela preferenciais do Plano.

Uma primeira consideração diz respeito ao fato de que, sendo elevada a parcela de indivíduos com baixa escolaridade na PEA do Estado (62,4% não completaram o Ensino Fundamental) e dado que o PLANFOR enfatiza a extensão da oferta de recursos para segmentos mais desfavorecidos da população, ressalta-se a necessidade de planejar programas mais enfocados em grupos de menor escolaridade. A escolaridade elevada tem sido uma característica da população abrangida pelo PEQ, tanto em 1996 quanto em 1997, evidenciando que o Plano vem enfrentando dificuldades para alcançar suas clientela prioritárias.

Uma segunda consideração refere-se ao fato de o Plano ter como um de seus objetivos propiciar a permanência, inserção ou reinserção da PEA no mercado de trabalho, ampliando, assim, oportunidades de geração de renda. No Rio Grande do Sul, é maior (cerca de 60%) a parcela de trabalhadores não recoberta pela legislação trabalhista e/ou em condições incertas quanto à sua permanência na ocupação ou ainda quanto aos rendimentos auferidos, frente aos trabalhadores em condições legalizadas. Entre os alunos do PEQ/RS-97, porém, essa relação se inverteu: eram 40,6% do total de ocupados os indivíduos que se encontravam trabalhando em condições instáveis de inserção no mercado de trabalho (Bulhões et alii, 1998b).

Verifica-se, diante destes resultados, a necessidade de ampliar a oferta de programas voltados aos segmentos mais suscetíveis à inserção precária no mercado de trabalho, tais como trabalhadores autônomos, micro-produtores (inclusive em situações não formalizadas de trabalho) e outros, constitutivos da parcela da força de trabalho situada no intervalo de rendimentos de até três salários mínimos.

Por outro lado, faz-se necessário observar que, do ponto de vista das características sócio-demográficas relacionadas a sexo, idade e cor, o PEQ/RS-97 alcançou, em boa medida, a população-alvo, tal como descrita nos documentos do PLANFOR.

Finalmente, é importante destacar que o elevado grau de flexibilidade quanto à forma de implementação da política pública nos Estados da Federação, a abertura da oferta de ações de educação profissional ao universo da população de 14 anos ou mais, embora com ênfase sobre segmentos preferenciais (entre os quais, no entanto, não se estabeleceram hierarquias⁴), e a busca de uma nova metodologia de gestão de políticas sociais, baseada em práticas descentralizadas, são aspectos que caracterizam o PLANFOR como uma política pública que se propõe a contínuas correções de rumo, as quais exigem a análise de múltiplas dimensões e indicadores, a fim de aferir a aproximação entre seus objetivos e sua implementação.

A seguir, apresentam-se quatro quadros comparativos, tendo em vista ilustrar os resultados encontrados quanto ao perfil sócio-demográfico, à posição na ocupação, às variações da condição de atividade e do número de egressos com rendimentos de até três salários mínimos entre o Tempo 1 (considerados os indivíduos na condição de alunos) e o Tempo 2 (quando os mesmos indivíduos se encontravam na condição de egressos).

4 No que se refere ao triênio 1996-1998. Não se contemplam, no presente estudo, as diretrizes do PLANFOR e as formulações referenciais para a implementação do PEQ/RS atinentes ao período entre 1999 e 2002.

QUADRO 1
PERFIL SÓCIO-DEMOGRÁFICO DOS EGRESSOS

PEQ/97 71,9%	possuem pelo menos o 1º grau completo	PNAD/97 38,3% da PEA do Estado possuem pelo menos o 1º grau completo
56,5%	têm até 30 anos	35,6% da PEA do Estado têm até 29 anos
52,2%	fizeram outros cursos de qualificação antes do PEQ	
18,6%	fizeram outros cursos de qualificação depois do PEQ	
47,5%	são do sexo feminino	43,7% da PEA do Estado são do sexo feminino
17,0%	são egressos não-brancos	11,8% dos ocupados no Estado são não-brancos

QUADRO 2
SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS EGRESSOS

PEQ/97 26,0%	dos economicamente ativos encontravam-se desempregados	PED/RMPA 15,9% foi a taxa média de desemprego total na RMPA em 1998
59,9%	dos ocupados eram assalariados em condição legalizada	(36,8%) dos ocupados eram assalariados em condição legalizada no Estado (PNAD/97)
(35,6%)	(dos ocupados em situação legalizada eram assalariados do setor público)	(6,1%) dos ocupados eram funcionários públicos no Estado (PNAD/97)
30,7%	dos ocupados detinham formas de inserção instáveis no mercado de trabalho (conta própria/dono de negócio familiar, assalaria- do sem carteira, emprega- do doméstico, trabalhador não remunerado);	58,3% da PEA do Estado detinham formas de inserção precária no mercado de trabalho (PNAD/97)
50,5%	dos ocupados possuíam rendimentos de até 3 salários mínimos;	61,2% da PEA do Estado possuíam rendimentos de até 3 salários mínimos (PNAD/97)

QUADRO 3 MUDANÇAS NA SITUAÇÃO OCUPACIONAL DO CONJUNTO DE EGRESSOS	
PEQ/97 78,9%	variação do número de egressos economicamente ativos
9,5%	variação do número de ocupados entre o período de realização do curso e a entrevista com os egressos
(-) 14,5%	variação do número de desempregados entre o período de realização do curso e a entrevista com os egressos
42,5%	variação do número de desempregados enquanto alunos que encontraram uma ocupação após o curso

QUADRO 4 EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE OCUPADOS COM RENDIMENTOS DE ATÉ 3 SM		
	TEMPO 1	TEMPO 2
PEQ/97	56,1%	50,5%

Referências bibliográficas

- Artigos e livros

- ALVES, Edgar L. G.; VIEIRA, Carlos A. S. Qualificação profissional: uma proposta de política pública. In: ALVES, E.L.G. (Org.). **Modernização produtiva e relações de trabalho: perspectivas de políticas públicas**. Petrópolis e Brasília, Editora Vozes e IPEA, 1997.
- BULHÕES, Maria da Graça P.; LIEDEKE, Elida R.; FRANZÓI, Naira L. (Coord.). **Estudo comparativo dos PEQs/RS 96, 97 e 98**. Porto Alegre, UFRGS, 1999. (digitado).
- DE TONI, Miriam; SOBRINHO, G. G. F. Xavier. **Emprego**. Porto Alegre, Secretaria de Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.
- FAT/CODEFAT/MTb/SEFOR. **Habilidades, questão de competências?** Brasília, 1996. (digitado).
- HIRATA, Helena. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI, Alipio; RIOS, Iaci; TEIXEIRA, José E.; CORTELLA, Mário S. (Org.). **Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo, EDUC e Rhodia, 1997.
- OIT. **Informe sobre el empleo en el mundo 1998-1999: empleabilidad y mundialización; papel fundamental de la formación**. Genebra, Oficina Internacional del Trabajo, 1998.
- PAIVA, Vanilda; POTENCY, Gisélia e CHINELLI, Filippina. Qualificação e inserção alternativa no mundo do trabalho. A sociologia do trabalho para além da indústria. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.48, jul. 1997.
- POSTHUMA, Anne. **Transformando o sistema brasileiro de formação profissional: o primeiro quadriênio do PLANFOR**. Santiago, OIT. (digitado).
- TROYANO, Annez A. et alii. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa Fundação SEADE/DIEESE. **São Paulo em Perspecti-**

va, São Paulo, v.2, n.1, 1985.

Relatórios

- BULHÕES, Maria da Graça P.; LIEDKE, Elida R.; ALMEIDA, Marilis L. e FRANZÓI, Naira L. (Coord.). **Pesquisa de acompanhamento dos egressos – PEQ-RS/96**. Porto Alegre, UFRGS/STCAS/MTb/FAT, 1998a.
- BULHÕES, Maria da Graça P.; Liedke, Elida R.; Franzói, Naira L. (Coord.). **Projeto de avaliação do plano estadual de qualificação profissional do Rio Grande do Sul 1996/1999. Relatório de Avaliação – 1997**. Porto Alegre, UFRGS/STCAS/MTb/FAT, 1998b.
- BULHÕES, Maria da Graça P.; LIEDKE, Elida R.; FRANZÓI, Naira L. (Coord.). **Pesquisa de acompanhamento dos egressos – PEQ-RS/97**. Porto Alegre, UFRGS/STCAS/MTb/FAT, 1998d.
- IBGE/PNAD - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 1997.
- Informe PED - **Análise Anual - FEE**. Porto Alegre, 1997 e 1998.
- Documentos
- CODEFAT - **Resolução nº 126**. Brasília, 1996.
- CODEFAT - **Resolução nº 194**. Brasília, 1998.
- SEFOR/MTB - **Oficina sobre Avaliação e Acompanhamento de Egressos**. Brasília, 1997 b.
- SEFOR/MTB - **PLANFOR 1996/1999. Guia de Planejamento e Execução**. Brasília, 1997 a.
- SEFOR/MTB - **PLANFOR. Acompanhamento de Egressos 97/98**. Orientações sobre o núcleo básico a ser trabalhado por todos os PEQ. Brasília, 1997 c.
- SEFOR/MTE. **O que está acontecendo com os treinandos dos PEQs?** Síntese de resultados do acompanhamento de egressos em 1996/1997. Brasília, 1998.

Resumo

O artigo expõe os principais resultados da pesquisa de acompanhamento dos egressos do Plano Estadual de Qualificação implementado no Rio Grande do Sul em 1997. A análise tem como objetivo contribuir para o debate acerca dos principais desafios com que se confronta a intervenção da política pública sobre os recursos de qualificação dos segmentos menos privilegiados da força de trabalho, frente aos processos recentes de transformação da estrutura produtiva e do mercado de trabalho.